

A questão toponímica e identitária da Beira e da Covilhã

António dos Santos Pereira

Universidade da Beira Interior PT

Tinham-nos pedido uma cronologia da serra da Estrela e o desvendamento dos segredos dos topónimos atuais mais importantes e dos que se perderam no tempo, mas continuam na bibliografia, a propósito dos Montes Hermínios, da Beira e da Covilhã. Tentaremos ir um pouco mais além até às questões da identidade que concernem sempre a forma como um povo se descobre a responder coletivamente aos desafios civilizacionais que lhe são colocados nos territórios onde habita e, portanto, com a sua história ou memória de processos, sucessos e fracassos, que é dizer, numa palavra, reflexão e, logo, mudança e futuro.

Desenvolvemos a ideia da formação de uma região da Beira, contemporânea do condado portugalense, junto às vertentes da Estrela, para norte, nos séculos XI e XII, a Beira Alta, com capital em Coimbra e polos em Seia, Viseu e Lamego; e para sul, quando Portugal já era Reino, a Beira Baixa, nos séculos XII e XIII, quando se formou o eixo da Guarda, pela Covilhã e pelo Fundão, até Castelo Branco e que se estendeu ao Norte Alentejano, pelas telúricas Portas do Ródão, redesenhando a antiga diocese egitaniense. Em particular, este eixo a nascente da Estrela chegou aos nossos dias pleno de virtualidades: económicas e institucionais, sociais, políticas, culturais e religiosas. A formação de uma Beira, a norte da Estrela, deve muito a algumas figuras como Fernando I de Leão (1037-1065) e D. Sesnando de Coimbra (1064-1091), aos Condes Portucaleenses e à Bula *Apostolicae Sedis* de 1102, do papa Pascoal II, que garantiu a unidade da Beira, a norte da Estrela, por meio século ou seja até 1147, ao fazer tutelar todas as suas autoridades e instituições religiosas pela cidade do Mondego. Entre as instituições coimbrãs, o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra desenvolverá uma presença muito ativa na Covilhã,

ainda evidente ao século XVI, pelos seus cónegos regrantes. Esta será complementada pelo bispo e pelo cabido da sé de Coimbra e, particularmente, pelos cistercienses de Maceira do Dão. A Beira Baixa e os seus dois polos urbanos matriciais, as antigas vilas da Covilhã e de Castelo Branco, devem muito ao rei D. Sancho, que mandou alguns dos homens da sua criação para a cidade serrana, colocou a Sé egitaniense na Guarda e deu um forte impulso à elite covilhanense feita de uma certa aristocracia concelhia ou nobreza vilã, também vinda de entre Sousa e Tâmega, a que já aludimos em outro espaço, e à Ordem do Templo, em termos de senhorialização e povoamento¹. O conflito posterior havido entre aquelas elites e esta Ordem Militar permitiu, ao ser resolvido, a construção da ideia de cidadania comum, assinada na abadia de Santa Maria da Estrela, na Boidobra, em 1230, entre os moradores de Castelo Branco e os da Covilhã², que ainda hoje permanece válida e deve ser assumida como motivação do empenho de todos nas responsabilidades do desenvolvimento destes espaços fronteiriços do interior, do Douro ao Tejo, na formação de uma cidadania comum, que tratamos por “beiranidade”, apontando para valores de sentido positivo como o arrojo e a persistência, a generosidade e o voluntarismo, a frontalidade e a solidariedade, que os franciscanos aqui desenvolveram também durante séculos e rejeitando as manchas negativas como o desânimo, o fatalismo e a corrupção, a ganância e a prepotência e o servilismo, que ainda há.

1. A questão toponímica

A toponímia encerra segredos muito difíceis de desvendar e sabemos que, só depois de aturada investigação e experiência nas abordagens, a revelação pode acontecer. Há já estudos exemplares a propósito que para o efeito devem ser retomados, conferindo a Beira como espaço de fronteira também linguística³. Seguramente só aos mais curiosos interessa o nome africano do lago Vitória, Nalubaale ou Nyanza, como só aos mais estudiosos interessam as designações lusitana, latina, árabe e portuguesa da atualmente dita serra da Estrela. Com efeito, são algumas as coincidências entre aquele lago e a serra da Estrela: (1) aquele e esta são referenciados pelo geógrafo árabe Muhammad al Idrisi no século XII; (2) visitados nos séculos XIX por missões científicas, esta, pela Sociedade de Geografia em 1881, aquele, pela Royal Geographical Society em 1862; (3) ambos recebem topónimo tardio e exógeno; (4) descobrem-se além, as fontes do maior rio civilizacional do Ocidente, o Nilo, e aqui, as dos mais

1. Cf. «A Fronteira Beirã no tempo de D. Afonso Henriques. Algumas notícias covilhanenses» pub. in *Atas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. II/ *A Política Portuguesa e as suas Relações Exteriores, Guimarães*, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1997, pp. 201-221.

2. ANTT, Gav. 18, m. 3, n. 30, pergamino em bom estado que não foi transcrito e publicado nas *Gavetas da Torre do Tombo*, apenas sumariado e é aludido por Alexandre Herculano, *História de Portugal desde o começo da monarchia até ao fim do reinado de Affonso III*, 8ª ed. definitiva, Paris e Lisboa, Aillaud & Bertrand, [ca 1875]. tomo IV, p. 340.

3. Luís F. Lindley Cintra, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo: seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre: contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*, Lisboa, Sá da Costa, 1959 e particularmente Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1971.

4. BAPTISTA, José David Lucas, *Do Ermínio à Serra da Estrela. Notas sobre uma Alteração Toponímica e Outros Estudos*, Manteigas, Edição do Parque Natural da Serra da Estrela, 1993; *Manteigas, Uma Vila da Serra da Estrela de 1136 a 1527*, Manteigas, Edição do Parque Natural da Serra da Estrela, 1990; *Nomes de Lugares do Concelho de Manteigas*, Lisboa, 1978; *Notas sobre a História de Manteigas*, Manteigas, 1980; *Notas sobre a Origem de Manteigas*, Manteigas, 1980; *Património Cultural e Património Natural do Concelho de Manteigas*, Manteigas, Câmara Municipal, 1984; *O Povoamento da Serra da Estrela de 1055 a 1223 e Outros Estudos*, Lisboa/Manteigas, Coedição do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa e do Parque Natural da Serra da Estrela, 1988; «Sobre o nome de Manteigas», in *Notícias de Manteigas* de 31 Dezembro de 1985; *Tombo dos bens Móveis e de Raiz do Concelho de Manteigas em 1560*. Cópia de 1766, int. e notas, Manteigas, 1984.

5. José Marques, «As Doações dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques à Igreja», in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. V/ *Sociedade, administração, Cultura e Igreja em Portugal no século XII*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1997, p. 341.

6. Mário Martins, ««Ladainhas de Nossa Senhora em Portugal (Idade Média e séc. XVI)», *Lusitania Sacra*, Lisboa, 5 (1960-1961), p. 148.

extensos rios exclusivamente portugueses, o Zêzere e o Mondego. Vamos por partes. De facto, serra é o topónimo de todos os tempos como além é lago nas línguas locais. As tribos celtiberas nomeariam a serra por *Sama* e os romanos por *Alpis*, que significam tão somente monte. Os muçulmanos chamaram-lhe *Tal* ou *Minshar* ou *Al Sharat*. Não resolvemos, pois, o mistério, apenas o adensamos para as gentes de fora, que não se habituaram, como nós, apenas a serra. É que os Montes Hermínios nem sempre foram grafados sobre esta parte da cordilheira central e a designação serra da Estrela acontece tardiamente, quando D. Sancho I deu foral à Covilhã em 1186. Parece não haver dúvidas que esta ainda se chamava *alpis maior Hermenum*, ou Montemor dos Hermínios, dada a forma como surge nas primeiras décadas do século XII: em 1113, quando Ausenda Alvites vende ao presbítero João a parte que lhe pertencia de três vinhas em S. Romão; e, em 1136, no foral de Seia. A expressão ablativa e locativa “*de mondeco usque in hermeno*” assim supõe aquela designação. Tal pode querer dizer que a conquista da vertente sul do *mons* ou *alpis maior Hermenum* fez alargar a marca da atual Torre, então conhecida por *Stella*, que ainda hoje faz as divisões concelhias, entre a Covilhã e Seia e Manteigas, a todo este conjunto montanhoso, não nos afastando muito de quem primeiro fez uma razoável síntese a propósito, José David Lucas Batista⁴. De facto, percorremos os *Portugaliae Monumenta Historica* e nada conseguimos de novo em relação àquilo que já tínhamos desenvolvido no 2º Congresso de História de Guimarães. A primeira vez que notámos na documentação uma possível designação toponímica da Estrela remonta a 1140 quando D. Afonso Henriques coutou a Villa Menendi e Santa Maria da Estrela ao mosteiro de Tibães⁵. Como a abadia de Santa Maria da Estrela só veio a estabelecer-se na Boidobra em 1220, e a abadia-mãe, em Maceira do Dão, também é posterior àquela data ou há erro na datação ou é uma outra Santa Maria da Estrela que não conseguimos localizar. Ainda que já imbuídos do espírito científico e desmistificador do século XIX, alguns autores deixam-nos mistérios para explicar a Estrela, como Marrecas Ferreira e Leite de Vasconcelos, aquele, focado em um templo que aqui houve à Estrela de Alva, este, numa ermida a Nossa Senhora da Estrela, guia dos pastores. Não podemos rejeitar, de imediato, estas designações e menos ainda a ligação a Maria, também dita *Stela Matutina*, que aqui teve, mais do que uma ermida, uma freguesia matriz, das mais importantes da Beira-Serra, e uma abadia, cedo dedicada, e que fazia parte de todas as ladainhas. De facto, encontramos numa destas ladainhas datada do século XII pela primeira vez a invocação «*Sancta Maria, lucidissima maris Stella, salus mundi, ora pro nobis*»⁶. E não podemos deixar de considerar ali um qualquer templo pagão, como quer Marrecas Ferreira, dada a força telúrica do lugar, que esta teria

vindo substituir⁷. Fica, no entanto, a noção que nos traz o Padre Mário Martins de uma litania do século XII, coincidente na invocação com a designação para o cimo da serra, que traz o foral da Covilhã do mesmo período.

Em simultâneo, quisemos resolver todos os mitos a propósito do topónimo Covilhã, mas ficamos apenas em parte da solução, acreditando que o mesmo sucede a *caviliana* ou *coviliana* e pode ter origem céltica ou indo-europeia, como também um conjunto largo de topónimos à volta da serra, ou, porventura árabe, dado o facto de cola significar cume, em tal idioma, e cala, fortaleza, e termos herdado muito perto uma “al caria” (a aldeia, vila, povoação) e um “al caide” (a fortificação) e dela correr para ocidente uma ribeira do Caia, pelo Paul e Ouron-do para o Zêzere. Conceituado autor, Pedro Augusto Ferreira, deixou-nos em *Tentativa etymologico-toponymica* a informação de que “Cavea” ou Cova entra na constituição do nome de mais de quinhentas das povoações portuguesas considerando ainda a oscilação v/b: caba ou cava coba ou cova e entre essas palavras, percebermos Covilhã⁸. Nós confirmámos que mais de 4% das palavras portuguesas começam por “co”. Também podemos entender que o elemento prepositivo *co* (*cum*) não significa mais do que junto de e coincide com o *chez* francês: Coimbra (*Colimbria*), Coja (*Cogia*), Columba, Comba, Concela, Cova, Covas de Candosa, Covanca, Couto (*Cautum*), Cooural, Covelo, Covela, Covilia, no singular e no plural. Cavalion foi o mais próximo que encontramos no distrito de Viseu⁹.

Quanto à designação da região como Beira, esta aparece pela primeira vez em 1223, na expressão “*in tota Covilliana et Beira*” utilizada em diploma pontifício. E parece-nos totalmente resolvida a questão toponímica na sentença definitiva do Cardeal João de S. Nicolau delimitando os termos das dioceses da Guarda e de Coimbra, confirmada pelo papa Alexandre IV em 27 de abril do mesmo ano. Nesta sentença, aparece de novo a expressão “*totius Beire et Covelliane*”, o que quer dizer Beira Alta e Beira Baixa, mas remete para o princípio do pontificado de Inocêncio III e também, pela primeira vez, os Hermínios aparecem claramente como serra da Estrela.

7. Luís Feliciano Marrecas Ferreira, «As Lendas da Serra da Estrela na Tradição Escrita», in AAVV, *Expedição à Serra da Estrela em 1881. Relatório da Secção de Etnografia*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, Imprensa Nacional, p. I-122.

8. Pedro Augusto Ferreira, *Tentativa etymologico-toponymica ou investigação da etymologia ou Proveniencia dos nomes das nossas povoações*, Porto, Typographia Pereira, 1907, p. 28.

9. *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, I, parte II, fasc. VII, p. 926.

10. Arnold J. Toynbee, *A Study of History*, 12 vols. London, Oxford University Press, 1934-1961.

2. A questão identitária

Esta é uma questão insolúvel desde o século XIX, curiosamente quando nasceram os nacionalismos mais ferozes. O homem descobriu-se um ser no tempo fundo e transformado pelo tempo com as chegadas de Darwin e dos evolucionistas em geral e, por consequência, com uma natureza que funciona mais como um paradigma perdido do que definida de uma vez para sempre, ideia a que chegará Edgar Morin nos nossos dias. Também os povos terão um paradigma perdido em permanente modelação na História. Com efeito, tanto o homem como os povos constroem as suas identidades nesta e é na memória individual ou coletiva que se reencontram, percebendo-se que nem sempre de forma explícita nas imagens que guarda.

Na longa duração, os povos guardam em si uma memória coletiva dos desafios de sobrevivência a que foi dando resposta mais ou menos cabal, como nos diz Arnold Toynbee, de guerra e paz, dominação e libertação, de fome e prosperidade, de epidemia e cura ou salvação¹⁰. Qualquer beirão é capaz de explicitar um tempo longínquo, que obviamente não vai além de três mil anos, de uma sucessão de guerras e ocupações que atingiram o espaço em que nos encontramos na Beira e foram dando lugar a dominações: Lusitanos, Romanos, Visigodos, Árabes e Berberes, Reconquista Goda na forma da Portugalidade, e a resistência desta até aos nossos dias, apesar das invasões a que esteve sujeita por castelhanos e franceses. Podemos também perceber uma longa permanência nos ditos “lapas da terra”, na consagrada expressão de José Mattoso, os que aqui sempre estiveram e suportaram todas as dominações garantindo recursos para si e para os que vieram de fora, mantendo estes, quase sempre, os núcleos de poder e outras centralidades fora da região. Dos povos enumerados, percebe-se que aqui houve alguma centralidade com os povos celtas e os godos e um maior descentramento com os romanos e os muçulmanos que a espoliaram de alguns dos seus mais preciosos recursos metalúrgicos, entre eles, o ouro e o estanho dos aluviões dos seus rios. O Zêzere e o Ocreza são designações arcaicas de rios de ouro. Todavia, foram também os romanos e os árabes os que aqui deixaram as marcas civilizacionais mais abundantes. Percebe-se igualmente a antiguidade da presença judaica e cristã, esta a mais evidente e sacralizadora do seu espaço, e a incapacidade do mundo muçulmano em fazer na península o que conseguiu no Norte de África, a islamização ou o predomínio do minarete sobre o campanário da igreja. A presença judaica também foi constante, ora aceite ora perseguida, mas sempre discreta e nunca dominante como querem alguns.

Concluindo

Percebemos, pois, desde há um milénio, uma Beira dividida entre a vertente norte e a vertente sul da Estrela e não nos parece que alguma vez tenha sido feito algo decisivo para uma ideia de identidade comum beirã. Todavia a identidade é um processo em construção e podemos fazê-la assentar historicamente no espaço vetusto da antiga diocese egitaniense e cumprir-se nos espaços fronteiriços desde o Douro ao Tejo sobre os atuais distritos da Guarda e de Castelo Branco e enriquecê-la humanamente no conceito que temos trazido à colação de Beiranidade, que mais não é do que um desiderato de desenvolvimento em todas as vertentes económico-sociais e artístico-culturais, na fraternidade possível com os territórios da vizinha Espanha. A resolução da questão toponímica fica em aberto, dada a sua complexidade, no entanto, deixamos aqui os contributos que agora nos são possíveis, considerando, no entanto, que a mesma pouco importa para o tema maior do desenvolvimento que deve sustentar-se sobretudo em um querer coletivo de mais e melhor, com trabalho e inteligência.

Bibliografia

- AZEVEDO, Rui de, *Documentos Medievais Portugueses*, 2 vols, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958.
- BAPTISTA, José David Lucas, *Do Ermínio à Serra da Estrela. Notas sobre uma Alteração Toponímica e Outros Estudos*, Mantegás, Edição do Parque Natural da Serra da Estrela, 1993.
- CINTRA, Luís F. Lindley, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo : seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre : contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*, Lisboa, Sá da Costa, 1959.
- *Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1971.
- FERREIRA, Pedro Augusto, *Tentativa etymologico-toponymica ou investigação da etymologia ou Proveniencia dos nomes das nossas povoações*, Porto, Typographia Pereira, 1907.
- HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal desde o começo da monarchia até ao fim do reinado de Affonso III*, 8ª ed. definitiva, 8 volumes, Paris e Lisboa, Aillaud & Bertrand, [ca 1875].
- HERCULANO, Alexandre, *Portugaliae monumenta historica : a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum... , iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita, Olisipone, typis Academicis, 1856-1977*.
- MARQUES, José, «As Doações dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques à Igreja, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães, Vol. V/ Sociedade, administração, Cultura e Igreja em Portugal no século XII*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1997.
- MARTINS, Mário, «Ladainhas de Nossa Senhora em Portugal (Idade Média e séc. XVI)», *Lusitania Sacra*, Lisboa, 5 (1960-1961), pp. 121-220.
- PEREIRA, António dos Santos, «A Fronteira Beirã no tempo de D. Afonso Henriques. Algumas notícias covilhanenses» pub. in *Atas do 2º Congresso Histórico de Guimarães, Vol. II/ A Política Portuguesa e as suas Relações Exteriores*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1997, pp. 201-221.
- TOYNBEE, Arnold J., *A Study of History*, 12 vols. London, Oxford University Press, 1934-1961.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (coord.), *Diccionario da chorographia de Portugal contendo a indicação de todas as cidades, villas e freguezias...*, Porto, Livraria Portuense de Clavel, 1884.

